

**SEAD**

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO



INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

**Concurso Público
Nível Superior****Cargo 2:
Procurador****CADERNO
DE PROVAS****MANHÃ****CESPE**
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 8/5/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **quarenta** questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de **1 a 40**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **9/5/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **10 e 11/5/2005** — Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/igeprev2005.
- III **8/6/2005** — Resultado final das provas objetivas e convocação para a avaliação de títulos: Diário Oficial do Estado do Pará e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2005 – IGEPREV, de 18/2/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de 1 a 40, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – questões de 1 a 4

1 As inovações trazidas pelo Capital acarretaram uma “revolução cultural” na Amazônia brasileira. Para o empreendedor, a terra tem um valor de acumulação, 4 quantitativo, ao passo que, para o posseiro, ela tem um valor qualitativo. Para o capitalista recém-chegado à Amazônia, a terra vale o que ela pode produzir para fins de exportação. 7 Aos olhos do colono e do indígena, a terra é o instrumento que garante sua sobrevivência. Do mesmo modo, o conceito de propriedade também é modificado: para o empresário, a 10 posse jurídica precede a posse física; para os nativos e camponeses que habitam a Amazônia, a posse jurídica não existe. Para eles, a simples presença do indivíduo na terra 13 define sua propriedade sobre ela. Ora, duas concepções econômico-culturais tão distintas não poderiam coexistir sem choques. Instaura-se na Amazônia, então, uma espécie de 16 crise de significação, advinda de um violento choque cultural. De um momento para o outro, homens que viviam apartados da cultura do branco ou que, em casos extremos, não 19 dominavam a língua dos brancos, tornam-se economicamente operacionais, uma mercadoria como outra qualquer. É a lógica do capitalismo.

22 Na relação entre o dominante e o dominado, segundo o intelectual Baudrillard (1975), existe uma reciprocidade, não no sentido moderno e psicológico da relação biunívoca 25 entre dois sujeitos individualizados, ou seja, no contexto do individualismo/altruísmo que circunscreve nossa moral, mas no sentido de que há uma relação de troca e de obrigação, em 28 que a especificação dos termos de troca como sujeitos autônomos ainda não foi estabelecida.

Hilda Gomes Dutra Magalhães. *Relações de poder na literatura da Amazônia legal*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2002 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a opção correta quanto a idéias do texto I.

- A Na visão da autora, a “crise de significação” (l.16) advém do fato de que os colonos e os indígenas não detêm conhecimento sobre a questão jurídica da posse da terra.
- B Ao citar o isolamento de populações não-brancas, a autora deixa transparecer a idéia de superioridade da língua “do branco” em relação à dos indígenas.
- C A idéia de homens como “mercadoria” (l.20), segundo se depreende das idéias da autora, é reflexo de aspectos culturais de habitantes mais antigos da região, que não detêm conhecimento sistemático e(ou) escolaridade.
- D Segundo a autora, as idéias de Baudrillard sobre as relações de reciprocidade estão ultrapassadas, mas podem explicar o que acontece entre caboclos/indígenas, de um lado, e empreendedores, de outro.
- E Relativamente à Amazônia brasileira, a argumentação central do texto evidencia a tese de “crise” como reflexo do modo de produção capitalista.

QUESTÃO 2

Julgue os itens abaixo, relativos a aspectos gramaticais do texto I.

- I Na linha 1, a forma verbal “acarretaram” pode ser substituída, com igual correção, por **acarretou**, concordando, nesse caso, com “Capital”.
- II A estrutura “a terra vale o que ela pode produzir” (l.5-6) fica também correta com vírgula depois da forma verbal “vale”.
- III Na expressão “crise de significação” (l.16), “de significação” pode ser substituída, sem prejuízo semântico, pelo adjetivo **significativa**.
- IV O verbo **haver**, em “no sentido de que há uma relação de troca e de obrigação” (l.27), pode ser substituído, em texto informal, por **têm**, com igual correção.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

QUESTÃO 3

Acerca da classificação e do emprego das palavras no texto I, assinale a opção correta.

- A A locução conjuntiva “ao passo que” (l.4), ao estabelecer comparação entre o “empreendedor” (l.3) e o “posseiro” (l.4), acrescenta a idéia de inferioridade a este último.
- B Na expressão “recém-chegado à Amazônia” (l.5), tanto a grafia do adjetivo quanto a regência do verbo estão de acordo com as normas de correção da língua portuguesa em sua variante padrão.
- C A forma verbal “precede” (l.10) recebe como complemento um termo que não pode ser precedido de acento indicativo de crase.
- D O termo “Para eles” (l.12) indica posse.
- E Na locução “poderiam coexistir” (l.14), o verbo principal também ficaria correto com flexão no plural.

QUESTÃO 4

Assinale a opção correta quanto a aspectos sintático-semânticos do texto I.

- A O vocábulo “inovações” (l.1) remete à idéia de **avanços positivos da tecnologia**.
- B O adjetivo “simples” (l.12) pode ser interpretado como correlato a **reles**.
- C O vocábulo “apartados” (l.17) opõe-se a **reconciliados**.
- D Em “nossa moral” (l.26), o significado do substantivo está relacionado a **costumes**.
- E Na linha 26, o vocábulo “altruísmo” está sendo empregado como sinônimo de **coletividade**, em oposição a “individualismo”.

Texto II – questões de 5 a 7

1 **O berro do cordeiro em Nova York** (1995) é o livro
mais engajado da escritora Teresa Albués. Nesse livro, a
autora mato-grossense apresenta, além da psicologia da
4 dominação e da árdua luta do personagem para recuperar sua
liberdade, os tipos de contratos de espoliação da força de
trabalho do homem simples da região, representado, no texto,
7 por Venâncio. O principal deles é o que se chama de
“aviamento”. Trata-se de um “contrato” comum na Amazônia
brasileira, já descrito, no início do século, pelo escritor
10 português Ferreira de Castro, no romance **A Selva**, e que
perdura até nossos dias. Nesse tipo de relação de trabalho,
tem-se, de um lado, o indígena ou o camponês analfabeto da
13 região ou do Nordeste do país e, de outro, as leis do
capitalismo, representadas pelo fazendeiro ou pelas empresas
nacionais ou internacionais. Entre eles, estabelece-se uma
16 relação de trabalho que, na verdade, dissimula uma situação
de escravidão branca, já que o empregado fica eternamente
ligado ao patrão, por uma dívida que não pára de crescer, ao
19 mesmo tempo em que é enganado sobre as condições do
“contrato” relativas a transporte, moradia etc., passando a
levar uma vida miserável.

22 Em **O berro do cordeiro em Nova York**, o
personagem Venâncio é apresentado como um animal: de cão
que fareja a própria morte torna-se, no final da narrativa, um
25 morcego. Nesse contexto, a palavra “morcego” remete à idéia
de que o personagem não pode mais ser livre, estando
aprisionado, para sempre, no domínio da noite, da fantasia, da
28 loucura.

Teresa Albués, colocando em relevo o drama de
Venâncio e sua luta pela sobrevivência, testemunha uma
31 faceta da realidade dos seres humanos perdidos nas imensas
fazendas não apenas do Mato Grosso mas de toda a Amazônia
brasileira.

Idem, ibidem.

QUESTÃO 5

Julgue os itens a seguir, relativamente a aspectos interpretativos do texto II.

- I De acordo com o escritor Ferreira de Castro, o contrato de trabalho denominado “aviamento” (l.8) é uma forma de escravidão branca que persiste até hoje na Amazônia brasileira.
- II A literatura luso-brasileira citada no texto enfoca as relações de poder no Brasil e em Portugal, respectivamente.
- III Há, na referência ao contexto brasileiro, a idéia de “exploração” como reflexo de poder proveniente seja de organizações do país seja da esfera internacional.
- IV A dramatização/ficção — na literatura enfocada no texto — relativa a distúrbios socioeconômicos aponta a entrada do Capital na região Norte do país.
- V As condições para a existência da “escravidão branca” (l.17) — característica do “aviamento” — são, conforme o texto, a loucura bem como a dívida sempre crescente do trabalhador com o patrão.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 6

Assinale a opção **incorreta** quanto a aspectos sintático-semânticos do texto II.

- A Na oração “que se chama de ‘aviamento’” (l.7-8), o pronome “se” está ligado à idéia de ação reflexa.
- B No vocábulo “país” (l.13), o acento gráfico deve-se à existência de um hiato, e não à sua classificação como oxítono.
- C Na linha 16, a forma verbal “dissimula” equivale a **disfarça** e tem como referente o termo “relação de trabalho”.
- D A oração “colocando em relevo” (l.29) está correta quanto ao emprego do verbo no gerúndio.
- E Na expressão “sua luta pela sobrevivência” (l.30), o referente do pronome é “Venâncio” (l.30).

QUESTÃO 7

Assinale a opção correta a respeito de aspectos gramaticais do texto II.

- A Na linha 6, é possível a substituição da locução “do homem” pelo adjetivo “humano”, sem prejuízo sintático-semântico para o período.
- B O emprego da vírgula após as expressões “de um lado” (l.12) e “de outro” (l.13) configura-se como caso obrigatório de emprego de sinal de pontuação.
- C A estrutura oracional “já que o empregado fica” (l.17) pode ser substituída, com igual correção, por **face o empregado ficar**.
- D O acento gráfico empregado nos vocábulos “pára” (l.18) e “miserável” (l.21) diz respeito à mesma regra de acentuação gráfica.
- E Na estrutura “toda a Amazônia brasileira” (l.32-33), o emprego do artigo é facultativo, em virtude da presença de “toda”.

QUESTÃO 8

O termo meio ambiente só entrou na agenda dos governos dos estados da região Amazônica graças à forte pressão de organismos nacionais e internacionais preocupados com o ritmo acelerado do desmatamento para a expansão da malha viária e da fronteira agrícola e com as queimadas freqüentes, conseqüência do modelo de desenvolvimento adotado para a região e que procurava integrá-la ao restante do país.

Todos os estados da região Amazônica procuraram estruturar seus órgãos de meio ambiente, mesmo que obedecendo a arranjos institucionais diferenciados. Quanto ao estado do Pará, por exemplo, a Lei n.º 5.887, de 9/5/1995, dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e cria o Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA).

María Augusta A. Bursztyn *et al.* Aspectos legais e institucionais da gestão ambiental na Amazônia. In: Doris Sayago *et al.* (orgs). Amazônia; cenas e cenários. Brasília: EdUnB, 2004.

Julgue os próximos itens, relativos a aspectos gramaticais do texto acima.

- I Em “à forte pressão de organismos nacionais e internacionais” (l.2-3), o emprego de acento indicativo da crase é facultativo, visto que a expressão deve ser interpretada com sentido genérico.
- II Os vocábulos “ritmo” (l.4) e “meio” (l.1) registram, respectivamente, encontro consonantal e encontro vocálico, que, em se tratando da ortografia oficial, não podem ser separados, no caso de partição da palavra.
- III Em “integrá-la” (l.7), o emprego de acento gráfico equivale ao emprego evidenciado no vocábulo “viária” (l.5).
- IV No texto, as vírgulas relativas à estrutura de citação da lei (l.12-14) são obrigatórias e foram empregadas com correção, assim como no seguinte trecho: consoante o Art. 1.º, da Lei n.º 5.887, de 9/5/1995, a Política Estadual de Meio Ambiente (...).

Assinale a opção correta.

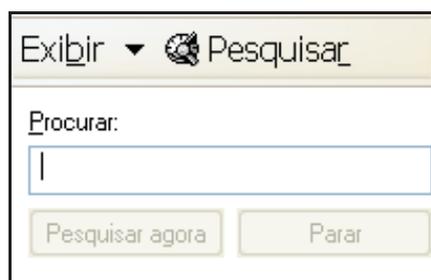
- A Nenhum item está certo.
- B Apenas um item está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 9

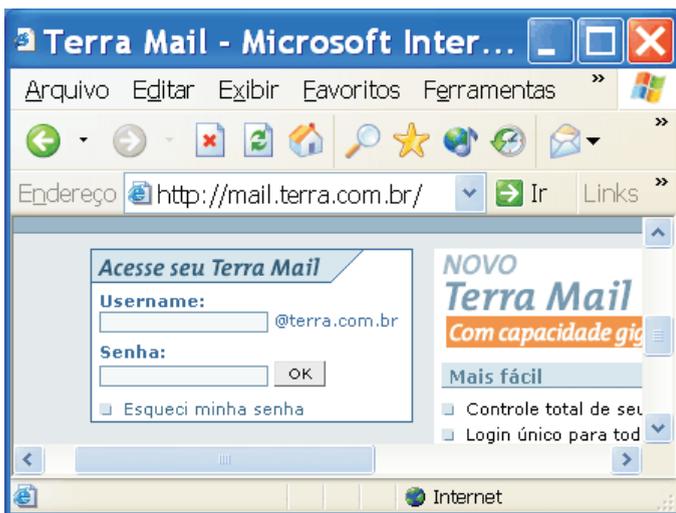


A respeito de conceitos relacionados à Internet e a navegadores de Internet, assinale a opção correta, considerando a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada na figura acima, que foi capturada quando estava em execução em um computador PC.

- A As informações contidas na figura acima são suficientes para se concluir que o acesso à página associada ao *hyperlink* **FALE CONOSCO** se faz por meio de conexão segura.
- B Caso o botão  seja clicado, será executada a seguinte janela, que permite a localização de informações na página *web* ilustrada.



- C Caso esteja devidamente configurado, o IE6 permite o acesso a recursos do Outlook Express a partir de opção disponibilizada ao se clicar o menu **Ferramentas**.
- D Caso o IE6 esteja em modo *offline*, ao se clicar o botão , serão mostrados na área de páginas do IE6 os recursos do Windows Explorer.
- E As informações contidas na janela do IE6 permitem concluir que a página *web* ilustrada possui recursos de *spam*, que impedem o ataque de *hackers* ao sítio dessa página.

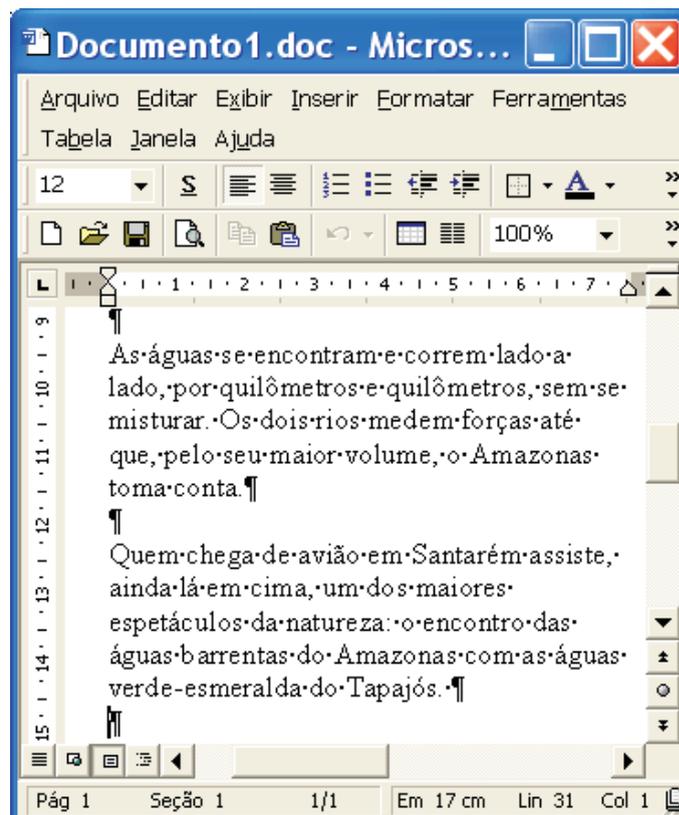


Considerando a página *web* ilustrada na janela do IE6 acima, que implementa serviços de *webmail*, assinale a opção correta, com relação a *webmail*.

- A Serviços de *webmail* consistem em tornar o IE6 um *software* de correio eletrônico, tal como o Outlook Express. Para que esses serviços sejam acessíveis no IE6, é suficiente acionar o modo *webmail* no menu **Ferramentas**.
- B Para que se acessem recursos de *webmail*, é necessário o uso de conexão ADSL.
- C Mensagens de correio eletrônico acessados por meio de recursos de *webmail* são imunes a vírus de computador e de *spams*.
- D Mensagens de correio eletrônico armazenadas em bancos de dados em sítios que implementam *webmail* podem, em princípio, ser acessadas a partir de qualquer computador conectado à Internet, em qualquer lugar do mundo.
- E Por se tratar de página que permite o acesso a recursos de *webmail* e considerando as informações contidas na figura, é correto afirmar que a página *web* ilustrada acima é do tipo segura.

Figura I – questões 11 e 12

A figura a seguir ilustra uma janela do aplicativo Word 2000 contendo um texto extraído e adaptado do sítio <http://www.pa.gov.br>.



QUESTÃO 11

Considerando a janela do Word 2000 mostrada na figura I, julgue os itens subsequentes.

- I No menu **Arquivo**, encontra-se opção que permite enviar o documento em edição como corpo de mensagem de correio eletrônico.
- II No menu **Editar**, encontra-se opção que permite localizar determinada palavra no documento em edição.
- III Caso se deseje inserir no documento em edição um objeto associado a uma planilha Excel, é possível fazê-lo por meio do botão .
- IV Caso se clique com o botão direito do *mouse* sobre determinada palavra do documento em edição, será disponibilizada uma lista de opções, entre as quais se inclui uma que permite saber qual é o sinônimo da palavra clicada.
- V No menu **Ferramentas**, encontra-se opção que permite criar no documento em edição comentário não-imprimível.

Estão certos apenas os itens

- A I e V.
- B III e IV.
- C I, II e IV.
- D I, II, III e V.
- E II, III, IV e V.

QUESTÃO 12

Considere que se deseje modificar o documento mostrado na figura I, tal que os parágrafos “As águas (...) conta.” e “Quem chega (...) do Tapajós.” tenham suas posições invertidas no documento. Sabendo que o ponto de inserção está na marca de parágrafo abaixo de “Tapajós.”, assinale a opção cujo procedimento apresentado **não** permite fazer essa modificação.

A Selecionar o trecho “Quem chega (...) do Tapajós.”; clicar o botão Copiar, que, após a primeira ação realizada, ficará na

forma ; teclar ; clicar na marca de parágrafo imediatamente acima de “As águas”; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar a tecla .

B Pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar sobre “Quem”; liberar a tecla ; pressionar e manter pressionada

a tecla ; teclar ; liberar a tecla ; clicar na marca de parágrafo imediatamente acima de “As águas”; clicar o botão .

C Selecionar o trecho “Quem chega (...) do Tapajós.”; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ;

liberar a tecla ; teclar ; clicar na marca de parágrafo imediatamente acima de “As águas”; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar a tecla .

D Pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar sobre “Tapajós”; teclar ; clicar na marca de parágrafo

imediatamente acima de “As águas”; teclar ; liberar a tecla .

E Pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar sobre “Tapajós”; liberar a tecla ; clicar o botão Copiar, que,

após as ações anteriores, ficará na forma ; teclar ; clicar na marca de parágrafo imediatamente antes de “As águas”; clicar o botão .

QUESTÃO 13

Com relação ao Windows XP Professional, assinale a opção correta.

A O Windows XP Professional tem recurso que permite o compartilhamento de uma conexão com a Internet entre computadores conectados em rede.

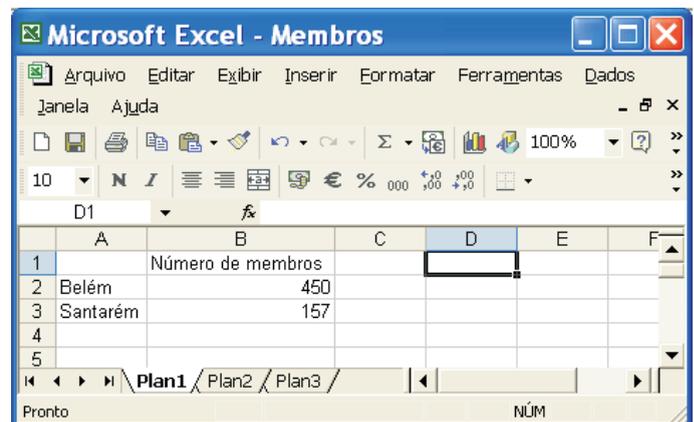
B Ao se clicar, com o botão direito do *mouse*, um atalho do programa Word 2003 que esteja na área de trabalho do Windows XP Professional, esse programa será aberto.

C A opção Pesquisar do *menu* Iniciar tem como principal função permitir a busca, por parte do usuário, de erros de gravação nas trilhas de um disco rígido.

D Caso um usuário possua, em sua residência, três computadores que utilizam como sistema operacional o Windows XP Professional, para que ele possa conectá-los em rede, é necessário o uso de *hub* e *software* adicional específico, compatível com o Windows XP Professional.

E Ao se clicar simultaneamente as teclas  e , será exibida a janela Desligar o computador, que permite desligar corretamente a máquina.

QUESTÃO 14



Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Excel 2002 com uma planilha em processo de edição e que contém o número de membros de uma associação, assinale a opção correta.

A O conteúdo da célula B1 será formatado como itálico ao final da seguinte seqüência de ações: clicar a célula B1; aplicar um clique duplo em .

B Para se limpar os conteúdos das células B1, B2 e B3, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: selecionar essas células; clicar o botão direito do *mouse* sobre a seleção; na lista de opções que será disponibilizada após essa ação, clicar Limpar conteúdo.

C Ao se clicar o botão , será aberta a janela Assistente de gráfico, que permite criar um gráfico do tipo barras, com os dados contidos na planilha.

D Para se somar os conteúdos das células B2 e B3, pondo o resultado na célula B4, é suficiente clicar a célula B4, digitar B2+B3 e, em seguida, teclar .

E Ao se clicar a célula B2 e, em seguida, clicar , será aberta a janela Cor da fonte, que permite definir a cor da fonte usada no conteúdo da célula B2.

QUESTÃO 15

Acerca da dinâmica das organizações, assinale a opção correta.

- A Se um grupo de colegas do curso de administração de uma universidade pública federal reúne-se semanalmente para revisar os conteúdos apresentados pelo corpo docente, então esse grupo constitui uma organização.
- B Quanto mais fortes forem os valores culturais em uma organização, maior deve ser a preocupação com a criação e o desenvolvimento de regras e regulamentos formais para guiar o comportamento do empregado.
- C A teoria das necessidades de Herzberg considera que os fatores que levam à satisfação no trabalho não são separados e distintos daqueles que levam à insatisfação, ou seja, quando um gerente melhora o nível das condições de trabalho, significa que os seus empregados estarão mais motivados.
- D Considere a seguinte situação hipotética.
João, empregado ativo na portaria de um clube de recreação infantil, além de atencioso com as crianças, é extremamente prestativo com os pais dessas crianças.
Nessa situação, segundo a teoria motivacional de McGregor, João enquadra-se nas pressuposições da teoria X: empregado que vê o trabalho como sendo tão natural quanto o descanso ou lazer; pessoa comum que pode aprender, aceitar e até procurar responsabilidades.
- E Considere a seguinte situação hipotética.
Josué foca seu estilo de liderança na constante recompensa pelos esforços dos seus subordinados, observa e busca desvios de regras e padrões, intervindo via ações corretivas, apenas quando os padrões não são atendidos.
Nessa situação, pode-se afirmar que Josué é um líder transacional.

QUESTÃO 16

Joana, sócia da livraria Lerbem, busca informações necessárias acerca de cada uma das decisões estratégicas e táticas que tem de tomar. Para auxiliá-la, ela conta geralmente com Jorge, um dos vendedores de maior experiência.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta, acerca do processo de decisão e da dinâmica organizacional.

- A Joana procura eliminar a incerteza que, no entanto, é inerente ao processo de decisão organizacional, pois é improvável que um decisor conheça todas as possíveis conseqüências de diferentes ações.
- B Se Joana criar um sistema de recompensas para promoção dos empregados, esse ato será uma decisão do tipo programada.
- C Quando Joana define que Jorge ficará responsável pela conferência diária do fechamento de caixa, ela está descentralizando o seu poder, via departamentalização.
- D Considere que Joana seja a gerente da livraria e tenha como subordinados diretos 13 vendedores, 3 caixas e um motorista. Nessa situação, é correto afirmar que a Lerbem possui uma estrutura vertical com pequena amplitude de controle, ou seja, caracteristicamente, uma estrutura achatada.
- E É correto afirmar que, ao delegar a conferência diária do fechamento do caixa para Jorge, Joana transferiu sua responsabilidade e sua autoridade para ele.

QUESTÃO 17

A organização X, cuja matriz situa-se em Bento Gonçalves – RS, é produtora de uvas niágara rosada, moscatel, Thompson e Itália. Possui unidades produtivas em cidades do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Goiás. Cada região possui uma gerência e as unidades produtivas ficam subdivididas pelo tipo de produção da área.

Considerando a situação hipotética acima, para a organização X é adequada a departamentalização

- A por produto/serviço.
- B por cliente.
- C geográfica.
- D matricial.
- E funcional.

QUESTÃO 18

Acerca da administração de recursos humanos e de pessoal, assinale a opção correta.

- A O processo de recrutamento e seleção compõe-se de um conjunto de técnicas e procedimentos para a escolha, entre os candidatos, daqueles que tenham maiores probabilidades de se ajustarem ao cargo vago e desempenhá-lo bem.
- B Do ponto de vista conceitual, tarefa é uma atividade mais mental e menos braçal, portanto, como atividade mais sofisticada, diferencia-se do conceito de atribuição.
- C A descrição do cargo é um processo que consiste em enumerar as tarefas ou atribuições que compõem um cargo e que o tornam distinto de todos os outros existentes na organização.
- D A responsabilidade pela avaliação do desempenho de um integrante da organização está vinculada à sua chefia imediata.
- E Treinar ou educar um empregado significa preparar a pessoa para o exercício competente do cargo.

QUESTÃO 19

Com relação ao planejamento organizacional, assinale a opção correta.

- A A missão do IGEPREV é a gestão dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão dos servidores públicos de cargos efetivos do estado. Então essa missão serve de critério específico para as decisões de nível operacional.
- B Considere que em uma organização, a demanda por determinado serviço é maior que a possibilidade de oferta. Nesse caso, essa organização está diante de uma oportunidade, detectada pela análise ambiental (SWOT).
- C Considere que uma organização de assistência ao idoso divulga na mídia a frase **Junto com você todo o seu tempo**. Nesse caso, essa frase representa a política da organização em relação ao cliente.
- D Considere que uma subgerência de concessão do IGEPREV estabeleça a meta de analisar e finalizar os processos de concessão de benefícios admitidos há mais de 15 dias por intermédio de horas extras e sob a coordenação de uma equipe tarefa. Nessa situação, é correto afirmar que este é um objetivo geral do seu planejamento estratégico.
- E A utilização da Internet pelo IGEPREV como instrumento de agilização do acompanhamento da tramitação de um processo, sob a ótica da análise SWOT, caracteriza-se como um ponto forte do Instituto.

QUESTÃO 20

A respeito dos temas qualidade e reengenharia, assinale a opção **incorreta**.

- A O princípio de Deming do “zero defeito” baseia-se no refugo de todas as peças que contenham defeitos ou falhas, de modo que nenhum produto defeituoso seja repassado para o cliente.
- B Planilha de eventos é uma ferramenta que auxilia na análise dos processos que ocorrem em uma organização, sendo normalmente utilizada em conjunto com o fluxograma.
- C A deslinearização dos processos leva à possibilidade de vários serviços passarem a ser realizados simultaneamente. No entanto, ela não se relaciona com os objetivos de reengenharia, pois tende a gerar retrabalho.
- D Considere a seguinte situação hipotética.
As Lojas Neres comercializam roupas, calçados e acessórios para os públicos feminino, masculino e infanto-juvenil. Esta organização tem-se destacado por possuir canais diretos de comunicação com o cliente. Entre os seus clientes cadastrados, vários são convidados a integrar um grupo de qualidade. O objetivo desse grupo é captar dos clientes sua parcela de contribuição para o melhoramento dos serviços e produtos.
Nessa situação, é correto afirmar que esse tipo de atitude possibilita a adequação das Lojas Neres à filosofia do programa de melhoria da qualidade e produtividade.
- E O atendimento às necessidades dos clientes deve ser a justificativa para a reestruturação dos processos, pois essa reestruturação dá-se como forma de melhorar cada processo que se desenvolve em uma organização desde o pedido de um cliente até a entrega dos produtos, incluindo todas as etapas intermediárias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

O vocábulo agência é um dos modismos introduzidos no direito brasileiro em decorrência do movimento da globalização. Foi importado do direito norte-americano, onde tem sentido mais amplo, que abrange qualquer autoridade do governo dos Estados Unidos da América, esteja ou não sujeita ao controle de outra agência, com exclusão do Congresso e dos tribunais. Por outras palavras, excluídos os três poderes do Estado, todas as demais autoridades públicas constituem agências, excluída do conceito a própria presidência da República, ao contrário do que ocorre no Brasil, em que o chefe do Poder Executivo integra a administração pública, estando colocado no seu ápice, orientando e dirigindo o seu funcionamento.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro. **Direito administrativo**. 17.ª ed. São Paulo: Atlas, 2004 (com adaptações).

Considerando o assunto abordado no texto acima, assinale a opção **incorreta** a respeito das agências reguladoras.

- A No Brasil, a lei que regula o funcionamento das agências executivas propõe um modelo em que são utilizadas figuras da administração indireta, autarquias e fundações, submetidas a um regime jurídico especial.
- B A qualificação de agência executiva pode ser conferida mediante iniciativa do ministério que supervisiona as atividades da pessoa de direito público laureada com a titulação.
- C As agências executivas submetem-se aos ditames da Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/1993) integralmente, não havendo diferença de tratamento no que diz respeito aos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.
- D Leis esparsas vêm criando, no Brasil, agências reguladoras, e alguns poderes tradicionalmente exercidos pela administração direta estão sendo transferidos a essas agências, a exemplo da competência para outorgar concessões, autorizações e permissões.
- E As agências reguladoras que detêm poder de polícia administrativa fiscalizam o cumprimento de normas e podem vir a receber poderes para aplicar sanções.

QUESTÃO 22

Considere os seguintes trechos extraídos da Constituição Federal.

Art. 5.º, XII – É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Art. 125, § 3.º – A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes.

Art. 170, parágrafo único – É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 226, § 1.º – O casamento é civil e gratuita a celebração.

O constitucionalista José Afonso da Silva foi o responsável pelo estudo e sistematização da matéria atinente à aplicabilidade das normas constitucionais. No seu clássico trabalho, publicado em 1967, soergueu teoria que vem sendo adotada até mesmo pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo ele, as normas constitucionais podem ser classificadas como normas de eficácia plena, normas de eficácia contida e normas de eficácia limitada.

Considerando essas informações e com relação às normas constitucionais acima, julgue os itens abaixo.

- I A norma descrita no artigo 226, § 1.º, é exemplo de norma de eficácia plena.
- II A norma descrita no artigo 170, parágrafo único, é exemplo de norma de eficácia contida.
- III A norma descrita no artigo 125, § 3.º, é exemplo de norma de eficácia limitada.
- IV A norma descrita no artigo 5.º, inciso XII, é exemplo de norma de eficácia limitada.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 23

Determinado município brasileiro foi alvo de auditoria oficial em que houve constatação de que ele investira, durante o ano de 2004, 20% da sua receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino local. Verificou-se que haviam sido aplicados apenas 27,90% dos recursos do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), quando o mínimo deveria ter sido 60%, na remuneração dos profissionais do magistério e na habilitação para professores, que havia um atraso salarial de quatro meses de salários dos profissionais do ensino fundamental e que não havia sido feita prestação de contas dos recursos do FUNDEF à câmara municipal.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- A Na situação descrita, é cabível intervenção estadual no município e responsabilização dos agentes públicos diretamente responsáveis pela gestão da educação municipal com base na lei de improbidade administrativa.
- B A Constituição Federal de 1988 conferiu limites estreitos às hipóteses que possibilitam a intervenção dos estados nos municípios, não sendo possível inovação das constituições estaduais sobre a matéria.
- C Caso seja necessária a nomeação de interventor, esta ocorrerá no decreto de intervenção, e o nomeado substituirá a autoridade municipal para restabelecer a normalidade.
- D O percentual de 20% aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino no município é o único ato, no rol dos fatos elencados no texto, que não está em consonância com as exigências constitucionais.
- E A intervenção no município, caso ocorra, deve realizar-se mediante edição de decreto, em que serão especificados sua amplitude, o prazo de duração e os limites da medida.

QUESTÃO 24

Determinada lei tributária instituiu imposto sobre a comercialização de veículos aéreos. Outra lei, relativa ao mesmo imposto, isenta da obrigação tributária os aviões com capacidade de até seis passageiros. Com base nesses dispositivos, um fabricante de helicópteros requereu judicialmente que sejam considerados isentos de tributos os modelos com capacidade de até seis passageiros.

Considerando a situação hipotética acima, é correto afirmar que o juiz deve julgar o pedido do fabricante de helicópteros

- A procedente, uma vez que, por analogia, não se pode cobrar tributo não previsto em lei.
- B procedente, porque não há previsão expressa de incidência do tributo sobre helicópteros.
- C improcedente, tendo em vista que, por falta de analogia, os helicópteros não teriam semelhança com os aviões.
- D improcedente, porque a equidade não se aplica ao caso.
- E improcedente, porque as normas que outorgam isenção devem ser interpretadas literalmente.

QUESTÃO 25

Não constitui forma de extinção definitiva do crédito tributário o(a)

- A pagamento de tributos cujo lançamento se dá por homologação.
- B aceitação, pela administração pública, de imóvel como dação em pagamento.
- C compensação.
- D consignação em pagamento.
- E remissão.

QUESTÃO 26

Determinado contribuinte, ao estabelecer comércio de pneus, escolheu como domicílio tributário um local em que, até um mês antes, estava instalada uma outra loja de pneus, que faluiu, deixando dívidas tributárias.

Como base nessa situação hipotética, assinale a opção que **não** tem amparo na legislação aplicável.

- A O contribuinte poderia ter estabelecido no local, independentemente do momento, uma loja de qualquer ramo de atividade.
- B O contribuinte não poderia escolher aquele local como domicílio, enquanto durasse o processo de falência da antiga loja.
- C Ao estabelecer uma loja de pneus no ponto comercial mencionado, o contribuinte torna-se obrigatoriamente devedor integral dos tributos anteriores, se o antigo proprietário tiver cessado a exploração da atividade.
- D Ao instalar uma loja de pneus no ponto comercial mencionado, o contribuinte torna-se devedor subsidiário dos tributos anteriores, se o antigo proprietário tiver continuado a explorar a atividade.
- E Se o adquirente tiver comprado o imóvel, há sub-rogação dos tributos incidentes sobre a propriedade do imóvel na pessoa do adquirente.

QUESTÃO 27

Em relação a casamento, assinale a opção **incorreta**.

- A O princípio da mutabilidade do regime de bens admite a alteração do regime adotado no casamento, desde que haja autorização judicial, motivada por pedido de ambos os cônjuges, após a verificação da procedência das razões por eles invocadas e da certeza de que tal modificação não causará nenhum gravame a direito de terceiros.
- B O casamento putativo é o que aparenta ser verdadeiro, visto que, embora nulo, foi contraído de boa-fé por um ou ambos os cônjuges. O efeito da putatividade alcança o cônjuge de boa-fé, já que, quanto a este, o casamento produz todos os efeitos até a data da sentença declaratória de nulidade.
- C O casamento válido dissolve-se pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio.
- D A declaração da nulidade acarreta a invalidade do casamento a partir da data da sentença que o invalidou. No entanto, o casamento produz todos os efeitos civis perante os contraentes até o trânsito em julgado da sentença acima mencionada.
- E O casamento pode ser anulado por vício de vontade de um dos nubentes, se houver, por parte deste, erro essencial quanto à pessoa do outro cônjuge.

QUESTÃO 28

A respeito da competência, assinale a opção correta.

- A Considere que uma ação de alimentos tenha sido proposta em favor de um menor no foro de seu domicílio e que, após a citação válida do réu, o alimentado tenha se mudado para outra cidade. Nessa hipótese, ocorrerá a modificação superveniente da competência do juízo, devendo o juiz, de ofício, remeter os autos ao juízo da comarca da residência do alimentado.
- B Se o pólo passivo for ocupado por pessoa jurídica, a demanda deve ser proposta no foro em que estiver situada sua sede, mesmo que a pretensão esteja fundada em posse ou propriedade sobre imóvel localizado em outra comarca.
- C A justiça comum é composta pelas justiças estaduais e do Distrito Federal, e a denominada justiça especial é composta pelas justiças federal e dos territórios, militar, eleitoral e do trabalho.
- D A competência material e a funcional têm natureza absoluta. Assim, eventual inobservância desses critérios provoca a incompetência absoluta do juízo, que deve declará-la, em qualquer grau de jurisdição, salvo quando alteração fática ou jurídica tiver ocorrido posteriormente à propositura da ação. Nesse caso, os processos em curso não se submetem à nova situação, prevalecendo a competência já estabelecida.
- E Se determinado estado da Federação ocupar o pólo passivo de uma ação ao lado de réu com domicílio diverso, o autor pode escolher o foro que melhor lhe convier para a propositura da ação, ainda que exista juízo privativo da fazenda pública na capital daquele estado.

QUESTÃO 29

Acerca da sentença e de sua liquidação, julgue os itens a seguir.

- I Sempre que a sentença não for líquida, será cabível a propositura de ação de liquidação, cabendo ao autor a escolha de uma das três modalidades de liquidação de sentença, ou seja, por cálculos do contador, por arbitramento e por artigos.
- II É cabível a liquidação por artigos quando for necessário alegar e provar fato que não tenha servido de fundamentação à sentença condenatória, mas que é pertinente ao valor que a sentença deveria fixar. Assim, o fato novo é aquele relativo ao *quantum debeatur*.
- III A liquidação de sentença é uma modalidade de ação de conhecimento, cabível para apuração do *quantum debeatur*, da obrigação. A citação do réu, tanto na liquidação por arbitramento quanto na liquidação por artigos, deve ser feita pelo correio, por oficial de justiça ou por edital.
- IV A sentença *citra petita*, já que omissa, pode ser complementada por força da interposição de embargos de declaração. Entretanto, se a parte assim não proceder, não é lícito ao tribunal contemplar pedido sobre o qual a sentença tenha se omitido, porque isso equivaleria a julgar a pretensão diretamente na instância *ad quem*, com violação do princípio do duplo grau de jurisdição.
- V Considera-se publicada a sentença quando o juiz a entrega em cartório ou quando ela é juntada aos autos, podendo, a partir de então, ser modificada apenas para correção de algum erro material ou via embargos declaratórios.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 30

Acerca do benefício da pensão por morte concedido aos dependentes dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal (DF), assinale a opção **incorreta**.

- A Aos dependentes do servidor ativo que faleceu em 3/2/2005 será concedido o benefício da pensão por morte igual ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social (RGPS) de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% da parcela excedente a esse limite.
- B Os pensionistas dos estados-membros, em gozo do benefício de pensão por morte, desde 25/5/2002, contribuirão para o custeio do regime próprio de previdência estadual com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
- C O benefício da pensão por morte dos dependentes do servidor inativo que faleceu em 20/11/2003 será igual à totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% da parcela excedente a esse limite.
- D Incidirá contribuição previdenciária sobre a pensão concedida em 8/5/2005, pelo regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal, que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS de que trata o art. 201 da Constituição Federal, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
- E Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a contribuição previdenciária dos servidores inativos e dos pensionistas da União, dos estados-membros, do DF e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefício na data da publicação da Emenda n.º 41/2003, incidirá sobre os proventos de aposentadoria e pensões que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS de que trata o artigo 201 da Constituição Federal.

QUESTÃO 31

Julgue os próximos itens, relativos à base de cálculo da contribuição ao Regime de Previdência dos Servidores do Estado do Pará de que trata a Lei Complementar Estadual n.º 39/2002.

- I As diárias de viagem, desde que não ultrapassem 50% do valor do vencimento do cargo efetivo, não integram a base de cálculo da contribuição ao regime de previdência estadual.
- II O salário-família e o auxílio-creche integram a base de cálculo da contribuição ao regime de previdência estadual.
- III A indenização de transporte e a ajuda de custo em razão de mudança de sede não integram a base de cálculo da contribuição ao regime de previdência estadual.
- IV Os auxílios fardamento e alimentação não integram a base de cálculo da contribuição ao regime de previdência estadual.
- V O abono de permanência de que trata o art. 40 da Constituição Federal integra a base de cálculo da contribuição ao regime de previdência estadual.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e V.
- C II e III.
- D III e IV.
- E IV e V.

QUESTÃO 32

São considerados segurados obrigatórios do Regime de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 39/2002, os

- I militares ativos.
- II servidores temporários, contratados para atender a necessidades temporárias e de excepcional interesse público, na forma prevista na Constituição Federal.
- III servidores titulares de cargo efetivo do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV).
- IV servidores exclusivamente ocupantes de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- V servidores titulares de cargo efetivo no tribunal de contas do estado e dos municípios.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 33

A servidora que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo no serviço público

- A após a publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003 poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, desde que cumpra tempo mínimo de 10 anos de efetivo serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e que tenha 35 anos de contribuição e 50 anos de idade.
- B em 20/10/1998 poderá se aposentar voluntariamente, desde que tenha 40 anos de idade e 20 anos de contribuição.
- C após a Emenda Constitucional n.º 20/1998 e antes da publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003 poderá se aposentar voluntariamente, desde que tenha 55 anos de idade e 25 anos de contribuição.
- D após a publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003 poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, desde que tenha 48 anos de idade e 30 anos de contribuição.
- E após a publicação da Emenda n.º 41/2003 e que complete 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e que tenha 60 anos de idade poderá se aposentar voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

QUESTÃO 34

Assinale a opção que **não** constitui princípio ou diretriz que deverá ser observado no Regime de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 39/2002.

- A Caráter democrático da gestão administrativa com participação de representantes do poder público estadual e dos seus segurados.
- B Financiamento obrigatório, mediante recursos provenientes da administração pública direta, autarquias, fundações e das contribuições dos militares, ativos e inativos.
- C Cobertura exclusiva aos segurados e respectivos dependentes, vedado o pagamento de benefícios mediante convênios e consórcios.
- D Organização fundamentada em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir equilíbrio financeiro e atuarial ao regime.
- E Proibição de criar, majorar ou estender qualquer benefício ou serviço sem a correspondente fonte de custeio total, de forma a preservar o seu equilíbrio financeiro atuarial.

QUESTÃO 35

Acerca do abono de permanência, assinale a opção correta.

- A O servidor titular de cargo efetivo da União, de estados, de municípios ou do DF que ingressou no serviço público após a publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, ao completar todos os requisitos para aposentadoria voluntária integral, poderá optar por permanecer em atividade e, nessa hipótese, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.
- B O servidor que tenha completado, até a data da publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, todos os requisitos para a obtenção do benefício da aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade, e que conte com, no mínimo, 20 anos de contribuição, se mulher, ou 25 anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.
- C O servidor do sexo masculino que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo em autarquia do estado do Pará, até a data da publicação da Emenda Constitucional n.º 20/1998, e que tenha 53 anos de idade, 30 anos de contribuição, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.
- D A servidora que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na administração pública direta, até a data da publicação da Emenda Constitucional n.º 20/1998, e que tenha 48 anos de idade, 25 anos de contribuição, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria voluntária integral.
- E O servidor que completar 70 anos de idade e optar por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária.

QUESTÃO 36

Segundo a Lei Complementar Estadual n.º 39/2002, consideram-se dependentes dos segurados do Regime de Previdência dos Servidores do Estado do Pará

- I os filhos, desde que não emancipados, menores de 21 anos de idade.
- II os filhos maiores inválidos, solteiros, e desde que a invalidez anteceda o fato gerador do benefício e não percebam benefício previdenciário federal, estadual ou municipal como segurados.
- III os pais, mesmo que percebam renda própria inferior a dois salários mínimos.
- IV o menor tutelado, desde que comprovadamente resida com o segurado e deste dependa economicamente, não sendo ainda credor de alimentos e nem possuidor de renda para o próprio sustento, inclusive de seus genitores ou decorrentes da percepção de outro benefício previdenciário pago pelos cofres públicos.
- V o enteado, menor de 21 anos de idade, desde que comprovadamente dependa economicamente do segurado.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e V.
- B I, III e IV.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, III e V.

QUESTÃO 37

Assinale a opção **incorreta**.

- A Os benefícios concedidos pelo regime próprio dos estados-membros não podem ser distintos daqueles concedidos pelo RGPS, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.
- B A contribuição dos estados-membros aos respectivos regimes próprios de previdência social não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo nem superior ao dobro dessa contribuição.
- C Os estados-membros são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras dos respectivos regimes próprios, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
- D As alíquotas dos servidores ativos dos estados-membros para os respectivos regimes próprios de previdência social não poderão ser inferiores a 11%.
- E Nas contribuições sobre os proventos dos servidores inativos dos estados-membros, poderão ser aplicadas alíquotas inferiores àquelas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal.

QUESTÃO 38

Uma interceptação telefônica, realizada sem ordem judicial, indicou o local onde se guardava grande quantidade de cocaína para fins de comércio ilegal. Diante da informação, expediu-se, por ordem do juiz competente, mandado judicial para a devida busca e apreensão da mencionada substância. Cumprido o mandado nos estritos limites da regra constitucional contida no art. 5.º, inciso XI, da Constituição Federal e nos artigos pertinentes do Código de Processo Penal, grande quantidade de drogas foi apreendida e os envolvidos foram presos.

Diante das limitações constitucionais das provas, assinale a opção correta tendo como referência a situação hipotética acima descrita.

- A O Ministério Público poderá formar sua *opinio delicti* e oferecer a denúncia com base na prova obtida por meio da interceptação telefônica realizada sem ordem judicial.
- B A prisão dos envolvidos e a apreensão do entorpecente, apesar de regularmente realizadas, não podem lastrear decisão condenatória, pois o entendimento hodierno é de que a prova colhida por meio ilícito é inadmissível no processo, pois trata-se de prova ilícita por derivação.
- C A prova colhida pode ser admitida no processo, visto que o entorpecente foi apreendido por força de busca e apreensão realizada com respeito à regra constitucional e nos limites da lei processual penal, sendo, portanto, prova material do delito.
- D A prova é admissível, pois, mesmo que obtida por meio do crime de interceptação telefônica, nenhuma liberdade individual é absoluta diante de práticas ilícitas.
- E A prova não pode ser admitida no processo, pois trata-se de prova ilegítima, colhida única e exclusivamente em afronta a norma processual.

QUESTÃO 39

Acerca dos crimes contra a administração pública, definidos no Título XI, da Parte Especial do Código Penal, julgue os itens abaixo.

- I O crime de concussão difere da corrupção passiva, pois naquele há uma imposição do funcionário, que, valendo-se do cargo ou da função que exerce, constrange o sujeito passivo com sua exigência, impondo-lhe a concessão da pretendida vantagem indevida, o que não se confunde com o simples solicitar, que é o verbo-núcleo da corrupção passiva.
- II No crime de peculato, a qualidade de funcionário público do agente se estende também aos co-autores do delito. Contudo, se o particular desconhece que o sujeito ativo é funcionário público, responde por outro crime, excluindo-se o peculato.
- III Nos termos da lei, configura-se excesso de exação quando um funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevidos, ou quando devidos, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso que a lei não autoriza.
- IV O Código Penal brasileiro adotou a noção extensiva, que deu maior elasticidade ao conceito de funcionário público. Assim, insere-se no conceito todo aquele que, embora transitoriamente e sem remuneração, venha a exercer cargo, emprego ou função pública.
- V Ato praticado por funcionário público que tipifique ilícito administrativo ou ato de improbidade administrativa sempre configura um fato típico no âmbito penal, pois todo bem jurídico da administração pública é protegido simultaneamente pelos direitos administrativo e penal.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 40

Um rústico aldeão, que nasceu e passou toda a sua vida em uma pequena vila afastada dos grandes centros urbanos e arraigada em velhos costumes, agrediu fisicamente sua esposa por suspeitar que ela o havia traído. Indagado a respeito de sua conduta e das lesões corporais produzidas na esposa, justificou que na comunidade em que viveu, e por força de costume familiar passado de geração em geração, tal comportamento lhe parecia o mais correto a ser adotado.

Considerando a situação hipotética acima e à luz da teoria geral do crime, assinale a opção correta em relação à conduta do aldeão.

- A A conduta do aldeão é atípica. Trata-se de erro de tipo, pois o autor incidiu em equívoco sobre a situação fática e não sobre a correta interpretação do injusto. Por essa razão, exclui-se o dolo da conduta e, por consequência, o próprio crime.
- B Trata-se de delito putativo, constituindo, assim, um irrelevante penal sem qualquer consequência para o aldeão.
- C O aldeão pode responder por lesão corporal culposa, pois o dolo da conduta foi excluído por uma excludente de ilicitude, no caso, o exercício regular de direito.
- D O fato é típico e ilícito, porém, estará excluída a imputabilidade do aldeão, pois a conduta foi praticada sob domínio de violenta emoção.
- E A conduta é típica e ilícita, porém, trata-se a hipótese de erro de proibição incidente sobre a ilicitude do fato. O dolo subsiste, mas a culpabilidade, se o erro for escusável, ficará excluída e, se inescusável, atenuada, reduzindo-se a pena de um sexto a um terço.

